

PCP visita CRI Porto Oriental:

"Houve uma deliberada intenção de desmantelamento das respostas"



JORGE MACHADO, PCP

“Iremos levar este problema à Assembleia da República”

Foram aqui sinalizadas preocupações e identificados problemas resultantes de uma situação criada há cinco anos, com a extinção do IDT e a transferência de competências para as ARS. Existe disponibilidade, por parte do grupo parlamentar do PCP, para reverter esta situação e repor aquele que foi reconhecido internacionalmente como um modelo de intervenção em dependências?

Jorge Machado (JM) – O que entendemos é que houve, efectivamente, uma deliberada intenção de desmantelamento das respostas para os toxicodependentes e para o combate aos fenómenos de adicção. Essa foi uma estratégia que combatemos desde a primeira hora, utilizando várias vezes o exemplo de que havia muitos países a visitarem o IDT para perceberem como funcionava esse exemplar modelo. Fomos sempre contra o desmantelar do IDT e as consequências que esse desmantelamento, da responsabilidade do Governo PSD/ CDS PP, está hoje a ter no terreno. Por outro lado, iremos levar este problema à Assembleia da República porque, efectivamente, é necessário resolver este problema institucional que está criado. A transferência para as ARS ficou a meio do caminho, havendo divisão relativamente àquilo que são as respostas.

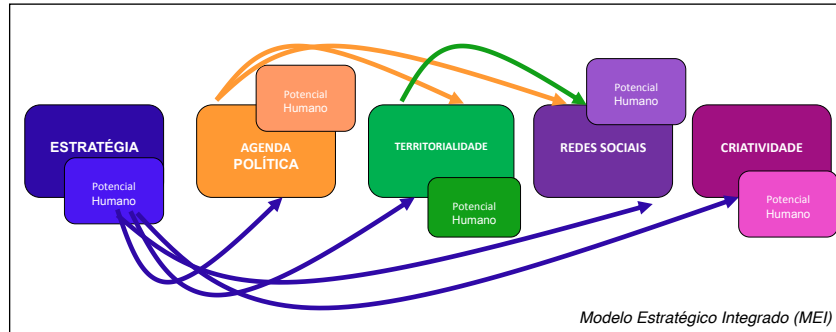
Além das carências actualmente relatadas ao nível dos recursos humanos, nomeadamente de médicos, enfermeiros e outros profissionais, também se verifica uma precariedade generalizada ao nível das instalações, algo inexplicável quando assistimos recentemente ao encerramento de escolas e outros serviços públicos...

JM – Estamos agora numa instalação que tinham esse problema e a intervenção do PCP foi determinante para desbloquear as obras no CRI Porto Oriental. Entendemos que é necessário melhorar as instalações e recuperar e apostar na componente dos recursos humanos. Estamos perante um problema relacionado com profissionais a atingir a idade de aposentação e é preciso passar o testemunho, garantindo que os mais experientes possam formar uma nova geração e que, desta forma, não se perca o saber fazer. Também é fundamental que se tomem medidas para o reforço do quadro de recursos humanos, actualmente muito deprimido. A resolução do problema institucional e organizacional será o primeiro passo para resolvermos estes problemas.

Nesta sessão, ouvimos igualmente algumas instituições que levantaram um problema relacionado com a sua própria sobrevivência e que tem a ver com a comparticipação de 80 por cento do pagamento dos tratamentos por parte do Estado. Sabendo-se que a grande maioria dos toxicodependentes não conseguem assegurar o pagamento dos restantes 20 por cento, que solução poderá existir?

“A resolução do problema institucional e organizacional será o primeiro passo para resolvermos estes problemas”





JM – Sempre dissemos que o Estado não poderia desresponsabilizar-se e, portanto, têm que ser encontradas soluções para compensar as associações que perdem essa componente. É evidente que não podem deixar de existir respostas e essa componente dos 20 por cento para a comparticipação familiar é algo descabido neste mundo da toxicod dependência, em que a droga destrói normalmente as famílias, quebra relações e leva a problemas muito difíceis de gerir. Assim, é preciso encontrar soluções que olhem para as associações com esta perspectiva de que o Estado não se pode desresponsabilizar das suas tarefas e olhar para as IPSS de uma forma diferente para que as mesmas possam ser compensadas.

Temos vindo a assistir nos últimos tempos à discussão sobre a legalização da cannabis, qual é a posição do PCP?

JM – É uma falsa questão porque o consumo está despenalizado. Quem consome tem que ser tratado como uma pessoa que tem um comportamento aditivo e que tem que ser ajudado e não como um criminoso. Esse é o enquadramento fundamental. Outra questão é discutir se estaremos a promover a venda e o consumo... Aí é que temos alguma reserva porque não tratar os toxicod dependentes como criminosos é, naturalmente, o comportamento correcto mas é substancialmente diferente pensar numa solução como as salas ou clubes de consumo de cannabis porque essa também pode ser perspectivada como uma estratégia de promoção do consumo. E que poderá contribuir para um aumento do consumo desta substância e trazer mais gente para a droga. Considero isso profundamente discutível e devemos analisá-lo com imensa cautela.

“As salas ou clubes de consumo de cannabis pode ser perspectivada como uma estratégia de promoção do consumo”

